

PROCEDIMENTO DOS DÉFICES EXCESSIVOS

(2.ª Notificação de 2019)

Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE envia para o Eurostat, até ao final do mês corrente, a segunda notificação de 2019 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE).

Em cumprimento do disposto na Lei Orgânica n.º 2/2013 – Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Capítulo V – Prestação de contas, artigo 21.º, sobre o Procedimento dos Défices, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), apresentou no passado dia 18 de setembro à composição restrita do Grupo de Estatísticas das Administrações Públicas (GEAP) - formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Departamento de Estatística do Banco de Portugal e da Direção Geral do Orçamento - uma estimativa da Conta não financeira e financeira da Administração Pública Regional (APR) da Madeira, na ótica das Contas Nacionais, de acordo com a metodologia do SEC 2010 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat.

A compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento e da dívida pública é efetuada em estreita ligação com as autoridades estatísticas nacionais, ou seja, com o INE no primeiro caso e com o Banco de Portugal no segundo. Estes organismos são ainda responsáveis pela validação da informação reportada.



Saldo da Administração Pública Regional

No quadro seguinte apresenta-se o saldo da APR da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2018 por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional da Madeira	Anos			
	2015	2016	2017	2018
	Final	Final	Final	Provisório
Governo Regional da Madeira	x	-162,8	-23,6	70,8
Serviços e Fundos Autónomos da APR	x	18,7	4,5	14,6
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	x	367,9	98,7	15,9
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento	177,2	223,8	79,6	101,3

x - Não disponível

Comparativamente à notificação anterior (divulgada pela DREM a 26 de março de 2019), os valores relativos aos anos de 2017 e 2018 apresentam revisões que decorrem fundamentalmente da incorporação de nova informação. Note-se que os dados de 2017 têm agora uma natureza final e os relativos a 2018 uma natureza provisória.

Com a incorporação desta revisão, a capacidade de financiamento da Administração Pública Regional da Madeira situou-se em 101,3 milhões de euros em 2018, valor revisto ligeiramente em baixa face à notificação anterior (107,3 milhões de euros). A Região apresenta um saldo positivo consecutivamente desde 2013, sendo de salientar o máximo atingido em 2016 (223,8 milhões de euros).

No apuramento do saldo das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. Na Contabilidade Pública segue-se uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período independentemente do seu pagamento ocorrer noutra período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos em períodos anteriores. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das Administrações Públicas, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das Administrações Públicas de participações de capital de outras



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

Abaixo apresenta-se um quadro que sintetiza os principais ajustamentos para o ano de 2018.

Unid: milhões de euros

Rubricas	2018
Saldo em contabilidade pública	-22,1
Varição passivos - outras contas a pagar do GR e SFA	90,5
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	15,9
Outros ajustamentos	17,0
Saldo em contabilidade nacional	101,3

A passagem de um saldo negativo em contabilidade pública para um saldo positivo em contabilidade nacional explica-se fundamentalmente pelos pagamentos (regularização) de dívidas de anos anteriores, refletidos na rubrica “Varição passivos – outras contas a pagar do GR e SFA” e pelo saldo superavitário no subsector das Empresas públicas classificadas no perímetro da APR.

Dívida Bruta da Administração Pública Regional

Relativamente à dívida bruta, de acordo com a legislação europeia sobre esta matéria, importa ter presente os seguintes esclarecimentos: i. É excluída a dívida comercial que não esteja incluída em acordo de regularização de dívida; ii. É excluída a dívida das empresas públicas que não integram o sector das Administrações Públicas; iii. A dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das Regiões Autónomas é registada no subsector da Administração Local.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

No quadro seguinte apresenta-se os valores da dívida bruta regional entre 2015 e 2018, por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional (APR)	Anos			
	2015 Final	2016 Final	2017 Final	2018 Provisório
Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos	3 899,3	3 905,1	4 062,3	4 071,2
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	972,3	885,1	741,3	675,7
Dívida Bruta	4 871,6	4 790,3	4 803,7	4 746,9
Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado	4 237,1	4 400,8	4 607,7	x
<i>Por Memória:</i>				
Rácio Capacidade / necessidade líquida de financiamento da APR no PIBRpm	4,2%	5,1%	1,7%	x
Rácio Dívida Bruta da APR no PIBRpm	115,0%	108,9%	104,3%	x

PIBRpm - Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado

x - Não disponível

<https://estatistica.madeira.gov.pt/>

A dívida bruta da Administração Pública Regional da Madeira em 2018 situava-se em 4 746,9 milhões de euros, tendo sido revista em baixa em cerca de 62,3 milhões de euros comparativamente à primeira notificação de 2018.

Esta variação é explicada fundamentalmente pela anulação da reclassificação do empréstimo do BEI no montante de 62,5 milhões de euros, que após reavaliação por parte das autoridades estatísticas nacionais foi retirada da dívida pública regional, pois a operação em causa encontra-se registada nas Contas do Estado e da Região Autónoma da Madeira como transferência de capital. Para a revisão dos valores face à 1.ª notificação de 2019 contribuiu também a incorporação de informação definitiva das Empresas Públicas classificadas no perímetro da Administração Pública Regional.

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 479/2009 do Conselho, as notificações iniciam um trabalho conjunto das autoridades estatísticas nacionais com o Eurostat o qual, no prazo de 3 semanas, deverá apreciar as notificações e publicar os resultados finais para todos os Estados-membros.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Nova base das Contas Nacionais Portuguesas – Base 2016

Os resultados apresentados nesta notificação correspondem à primeira divulgação das contas das AP, tendo como referência a base 2016 das Contas Nacionais portuguesas. A série das contas nacionais de 1995 a 2017 tem uma natureza definitiva e os dados respeitantes a 2018 apresentam ainda uma natureza provisória.

A atualização regular (tendencialmente quinquenal) do ano de referência das Contas Nacionais é uma prática corrente nos países da União Europeia, que deverá ser concretizada por mais de 20 países em 2019.

Ao contrário da base 2011 que integrou profundas alterações metodológicas decorrentes da implementação do SEC 2010, a base 2016 não contém mudanças metodológicas estruturais. De um modo geral, visa essencialmente: i) incorporar nova informação estatística de base, nomeadamente nas operações com origem na Balança de Pagamentos; ii) integrar melhorias nos métodos e procedimentos de cálculo, incluindo recomendações decorrentes do constante processo de diálogo com o Eurostat; iii) e melhorar a consistência entre a Conta do resto do mundo e a Balança de pagamentos, que também divulgará séries revistas em outubro.

No caso específico das Administrações Públicas, a edição de 2019 do Manual do Défice e da Dívida (MDD) das Administrações Públicas permitiu clarificar os procedimentos de registo de algumas operações, tendo-se adicionalmente implementado alterações decorrentes de ajustamentos efetuados na delimitação setorial de unidades.

